CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Após caso envolvendo contrato de wi-fi, Nunes afirma: 'Se tem alguém ligado ao PCC, tem que ser julgado pela Justiça'

Fonte original: g1. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	g1 (g1.globo.com)
Autor	Não identificado
Data de publicação	30/06/2026 16:36
URL original	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2026/06/30/apos-caso-envolvendo-contrato-de-wi-fi-nunes-afirma-se-tem-alguem-ligado-ao-pcc-tem-que-ser-julgado-pela-justica.ghtml
Relevância	Baixa · Empresas e negócios · Reportagem
Pessoas citadas	Karina Gama, Ricardo Nunes, Alex Leandro Bispo dos Santos, Karina da Gama, Jair Bolsonaro, Eugênio Malavasi, Lincoln Gakiya, Alex Bispo
Organizações	Instituto Conhecer Brasil (ICB), Prefeitura de São Paulo, Ministério Público de São Paulo, Complexsys, Prefeitura de SP, Secretaria Municipal de Inovação, Secretaria de Inovação
Data da coleta	29/09/2026 10:05
Situação	No ar · última verificação 29/09/2026 10:30
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Na época, a entidade de Karina da Gama não tinha nenhuma experiência na instalação desse tipo de tecnologia na cidade e terceirizou a instalação e gestão dos pontos para várias empresas, como Ultra IP Tecnologia e Serviços LTDA, Favela Conectada Serviço e Tecnologia Ltda. e Complexsys Soluções Integradas LTDA.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / g1

RESUMO

A declaração ocorre após vir à tona que Alex Leandro Bispo dos Santos, apontado pelo Ministério Público de São Paulo como integrante do PCC, está ligado a uma empresa associada ao Instituto Conhecer Brasil (ICB), ONG que possui contrato com a gestão municipal para instalar pontos de wi-fi gratuito na periferia da capital. Agora obviamente, se tem alguém envolvido ligado ao PCC, tem que ser julgado pela justiça e condenado.

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), disse nesta terça-feira (30) que a Prefeitura contrata organizações para prestar serviços municipais, mas não tem acesso às contratações terceirizadas dessas entidades.

A declaração ocorre após vir à tona que Alex Leandro Bispo dos Santos, apontado pelo Ministério Público de São Paulo como integrante do PCC, está ligado a uma empresa associada ao Instituto Conhecer Brasil (ICB), ONG que possui contrato com a gestão municipal para instalar pontos de wi-fi gratuito na periferia da capital.

“Meu contrato é com a entidade que está prestando o serviço. Quem a entidade contrata a gente não tem nem acesso a isso. Agora obviamente, se tem alguém envolvido ligado ao PCC, tem que ser julgado pela justiça e condenado. Eu não sou juiz, sou prefeito”, afirmou Nunes.

Segundo as investigações, Santos é sócio de uma empresa ligada à produtora do filme Dark Horse, sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A empresa funciona no mesmo endereço do Instituto Conhecer Brasil (ICB), organização comandada pela empresária Karina Ferreira da Gama.

Karina é alvo de uma operação da Polícia Civil que apura suspeitas de irregularidades em um contrato de R$ 157 milhões firmado pela Prefeitura de São Paulo para a instalação de pontos de wi-fi gratuito em regiões periféricas da capital, segundo cálculos da polícia.

Até dezembro de 2025, Alex Leandro Bispo dos Santos era sócio único da Favela Conectada Serviço e Tecnologia Ltda, uma das três empresas contratadas pelo ICB para a instalação dos pontos de wi-fi na periferia da cidade. O contrato inicial entre a ONG de Karina Gama e a empresa era de R$ 12 milhões.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

O Instituto Conhecer BRasil (ICB), da empresária Karina da Gama, contratou a empresa de Alex Leandro Bispo dos Santos para instalar pontos de wi-fi na periferia da capital paulista. — Foto: Reprodução/Redes Sociais

Atualmente, Santos está preso preventivamente sob acusação de feminicídio. Ele é suspeito de matar a companheira, Maria Katiane Gomes da Silva, de 25 anos, que morreu após cair do 10º andar de um prédio na Vila Andrade, na Zona Sul de São Paulo, em novembro de 2025.

Segundo o promotor Lincoln Gakiya, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Presidente Prudente, Santos tem uma extensa ficha criminal e já cumpriu pena em duas unidades prisionais paulistas onde estão detidos integrantes da cúpula do PCC: os presídios de Mirandópolis e Presidente Venceslau, no Oeste do estado.

Contrato sob suspeita

O contrato entre o ICB e a Secretaria de Inovação e Tecnologia da gestão Ricardo Nunes (MDB) foi assinado em junho de 2024. Na época, a entidade de Karina da Gama não tinha nenhuma experiência na instalação desse tipo de tecnologia na cidade e terceirizou a instalação e gestão dos pontos para várias empresas, como Ultra IP Tecnologia e Serviços LTDA, Favela Conectada Serviço e Tecnologia Ltda. e Complexsys Soluções Integradas LTDA.

Em maio, o g1 já tinha identificado que o primeiro contrato assinado entre a ONG de Karina com a empresa Favela Conectada Serviço e Tecnologia Ltda. era de R$ 12 milhões, logo na sequência dela ter sido contratada pela gestão Nunes para tocar o serviço na cidade.

O dono único da empresa, na época, era justamente o empresário Alex Leandro Bispo dos Santos, que está preso desde fevereiro acusado de feminicídio da companheira.

No primeiro contrato assinado com a ONG, em 2024, o nome do empresário como representante da companhia aparece apenas como Alex, sem sobrenome, CPF ou identidade.

Contrato entre a Ong Instituto Conhecer Brasil e a empresa Favela Conectada — Foto: Reprodução/ PMSP/ICB

A empresa foi responsável por instalar mais de 900 pontos de internet nas favelas da cidade, segundo a prestação de contas do Instituto Conhecer Brasil, recebendo mais de R$ 3,8 milhões, segundo as notas apresentadas para a Prefeitura de São Paulo pela entidade até o final de dezembro de 2025.

A denúncia sobre este contrato foi feita pelos portais The Intercept Brasil e Metrópoles em dezembro de 2025, quando Bispo ainda estava sob investigação pela Polícia Civil sobre o suposto feminicídio.

Após a denúncia, em janeiro, a empresa Favela Conectada deixou de ter Alex Leandro como sócio único e passou para o controle de Tatiane Camargo de Oliveira Fernandes, segundo o registro da Junta Comercial Comercial de SP (Jucesp).

Tatiane mora no mesmo endereço de Alex, na Rua Ernesto Paglia, na região do Butantã, Zona Oeste de São Paulo, de acordo com a própria Jucesp.

O g1 não localizou a defesa da empresária Tatiane, que também mudou o nome da empresa Favela Conectada para Urban Connect Serviços e Tecnologia LTDA.

E uma retificação contratual foi feita com a ONG da Karina, agora com as contas da Urban Connect sendo assinadas pela nova dona, Tatiane.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

Caso do feminicídio

O Tribunal de Justiça de São Paulo tornou Alex Leandro Bispo dos Santos réu pela morte de Maria Katiane Gomes da Silva. Para o Ministério Público, a jovem foi vítima de homicídio, e não de suicídio.

De acordo com a denúncia, o casal discutiu em uma festa antes de retornar ao prédio onde morava. Imagens de câmeras de segurança registraram o empresário agredindo a companheira e, em seguida, arrastando-a de volta para o apartamento enquanto a segurava pelo pescoço. Pouco depois, a mulher caiu do décimo andar do edifício.

Em depoimento à polícia, Alex admitiu ter agredido a mulher, afirmando que "perdeu a cabeça" e deu "uns tapas" na esposa, mas negou tê-la matado. Segundo sua versão, Maria Katiane foi até a sacada e se jogou.

Alex Bispo, sócio de empresa vinculada à produtora do filme Dark Horse, é preso suspeito de jogar mulher do 10º andar de prédio em SP — Foto: Reprodução

O que diz a defesa do empresário

O criminalista Eugênio Malavasi, advogado de Alex Leandro Bispo dos Santos, nega que o cliente seja integrante do PCC. "Evidência não é prova. Ele nega, peremptoriamente, integrar facção criminosa", afirmou.

Sobre a acusação de feminicídio, o advogado declarou que "o Alex não jogou sua companheira como quer crer o Ministério Público".

Alex Leandro Bispo dos Santo está preso por suspeita de ter matado a companheira, Maria Katiane Gomes da Silva, de 25 anos. — Foto: Reprodução/TV Globo

O que diz a Prefeitura de SP

"A Prefeitura de São Paulo informa que, desde dezembro de 2025, a empresa mencionada pela reportagem não atua como parceira do Instituto Conhecer Brasil (ICB) no âmbito do Programa Wifi Livre. A Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT) ressalta que não há e nunca houve qualquer vínculo contratual direto com a empresa Favela Conectada ou seu administrador. A relação jurídica do Município se dá somente com o ICB e, de acordo com a Lei nº 13.019/2014, a escolha e gestão dos fornecedores e terceirizados são de responsabilidade unicamente da entidade parceira. Portanto, qualquer associação entre a Prefeitura de SP e o crime organizado é irresponsável e leviana. Vale ressaltar que o prefeito Ricardo Nunes assinou, em dezembro de 2024, dois decretos para romper contratos com empresas de ônibus investigadas por ligação com grupos criminosos, uma demonstração de que não é e nem será leniente com esse tipo de conduta.

Sobre o Programa Wifi Livre, todos os pontos contratados e pagos ao ICB foram devidamente instalados e estão em operação. O programa funciona normalmente na cidade e não houve nenhuma irregularidade confirmada até o momento pelas investigações em curso. Cada ponto de wifi instalado no âmbito da parceria com o Instituto Conhecer Brasil (ICB) é acompanhado em tempo real e nesta quinta-feira, às 18h, dos 3.200 pontos contratados, apenas 287 estavam off-line e passavam por manutenção. Os dados podem ser consultados no link https://wifilivrecomunidades.org/sp.

Por fim, o Termo de Colaboração firmado prevê rigorosos mecanismos de fiscalização por parte da Secretaria, com foco no cumprimento do objeto, alcance de metas, indicadores de desempenho e análise da prestação de contas do Instituto. Pelas regras da parceria, o ICB tem a obrigação de fiscalizar e

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

controlar a execução de seus subcontratados. À SMIT cabe fiscalizar o cumprimento das metas pactuadas."

O que diz o ICB

Karina Ferreira da Gama, dona da empresa Go UP Entertainment, responsável pelo filme 'Dark Horse' - sobre a vida do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). — Foto: Reprodução/Redes Sociais

"O Instituto Conhecer Brasil implementou o projeto do Wi-Fi nas comunidades carentes para promover a inclusão digital e reduzir as desigualdades sociais na Cidade de São Paulo.

O acesso à internet é direito fundamental de todos, cujos carentes não devem ser deixados para trás.

Na execução do projeto, a contratação da empresa Favela Conectada foi realizada, com base em critérios técnicos, operacionais e documentais.

À época, seu representante já desenvolvia atividades regulares de conectividade na comunidade de Paraisópolis, por meio da prestação de serviços para a Surf Telecom, comprovadas por notas fiscais regulares, experiência que constituiu referência e atestado de capacidade técnica para sua atuação em regiões de alta complexidade social.

Por questão de boa-fé e apoio à comunidade de Paraisópolis, o Instituto entendeu por bem em dar a oportunidade de trabalho a este prestador de serviços da própria comunidade ao invés de provocar um stress concorrencial.

Nos procedimentos de verificação realizados pelo Instituto, não foi identificado qualquer impedimento legal que inviabilizasse a contratação.

O representante da empresa encontrava-se na oportunidade apto ao trabalho honesto, livre e em situação regular perante a Justiça e, como instituição comprometida com os princípios constitucionais, com a ressocialização e sendo absolutamente contra qualquer tipo de discriminação ou preconceito em face do ser humano, o Instituto não adota práticas discriminatórias e de marginalização contra pessoas que já cumpriram suas penas e que estão legalmente reinseridas na sociedade, desde que não exista impedimento legal ao exercício de suas atividades.

Entretanto, a partir do momento em que o Instituto tomou conhecimento da investigação relacionada ao crime de feminicídio envolvendo o administrador da empresa, adotou imediatamente as medidas cabíveis para resguardar a instituição e o projeto, promovendo a rescisão da relação contratual com a empresa, que deixou de integrar a operação em dezembro de 2025.

Os serviços executados até então foram devidamente medidos e fiscalizados, sem registro de prejuízo aos recursos públicos, e o Instituto permanece à disposição das autoridades para prestar todos os esclarecimentos necessários.

Questões a respeito de envolvimento do cidadão com facções criminosas são de competência policial."

Fonte original: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2026/06/30/apos-caso-envolvendo-contrato-de-wi-fi-nunes-afirma-se-tem-alguem-ligado-ao-pcc-tem-que-ser-julgado-pela-justica.ghtml · Coletado em 29/09/2026 10:05 · Gerado em 28/11/2026 00:18

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.